



Demonstrações Financeiras

“Carve-Out”

Estrada de Ferro Vitória a Minas

31 de dezembro de 2017

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Índice das Demonstrações Financeiras “Carve-out”
Em 31 de dezembro de 2017

	Página
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras “carve-out”	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras “Carve-out”	8



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"

Aos Administradores e Acionistas da
Vale S.A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("Ferrovia") da Vale S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração do resultado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("Ferrovia") em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Ênfase- Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras “carve-out”

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras “carve-out” que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo “Restrição sobre uso e distribuição”. Consequentemente, essas demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Restrição sobre uso e distribuição

Estas demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Termo de Compromisso” e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ferrovia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ferrovia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.

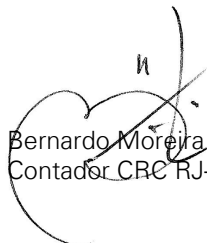
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ferrovia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ferrovia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ferrovia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas	15	28.589	6.301
Almoxarifado	2(d)	72.317	133.781
Outros		16.332	19.062
		117.238	159.144
Não circulante			
Partes relacionadas	15	5.987.838	4.927.709
Tributos a Recuperar	6	35.646	-
Depósitos judiciais	7	515.769	581.438
		6.539.253	5.509.147
Intangível	4	2.607.422	2.519.344
Imobilizado	5	2.787.433	2.881.254
		5.394.855	5.400.598
Total do ativo		12.051.346	11.068.889
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	2 (h)	149.791	221.916
Obrigações sociais e tributárias	6	1.715.109	1.350.596
Partes relacionadas	15	-	7.312
Dividendos a pagar	10(c)	155.903	168.312
Outros		-	3.843
		2.020.803	1.751.979
Não circulante			
Provisões para processos judiciais	7	705.742	678.578
Provisão para RFFSA	8	2.593.475	2.407.537
		3.299.217	3.086.115
Total do passivo		5.320.020	4.838.094
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	10	4.511.543	4.511.543
Resultados acumulados		2.219.783	1.719.252
Total do patrimônio líquido		6.731.326	6.230.795
Total do passivo e patrimônio líquido		12.051.346	11.068.889

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras “carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita de serviços, líquida	11	2.566.848	2.484.423
Custos dos serviços prestados	12(a)	(1.814.114)	(1.820.905)
Lucro bruto		752.734	663.518
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	12(b)	(23.024)	(18.735)
Outras despesas operacionais, líquidas	12(c)	26.847	155.716
		3.823	136.981
Lucro operacional		756.557	800.499
Resultado financeiro	13	238.041	273.261
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		994.598	1.073.760
Tributos sobre o lucro	9		
Imposto de renda		(248.649)	(268.440)
Contribuição social		(89.515)	(96.638)
		(338.164)	(365.078)
Lucro líquido do período		656.434	708.682

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras “Carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a "Ferrovia" ou "EFVM") compreende uma ferrovia de 906 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De 1º janeiro a 31 de dezembro de 2017, a Ferrovia transportou 117.942 mil TU toneladas de produtos (98.202 mil TU em 2016) e 942 mil passageiros (1.014.732 mil em 2016).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas demonstrações financeiras “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladora da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas demonstrações financeiras “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo “Termo de Compromisso” mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas demonstrações financeiras “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

d) Almojarifado

O almojarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Outros	10 anos a 20 anos

f) Imobilizado

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Ferrovia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuada o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais exista fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada à necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Ferrovia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há registro de *impairment* de ativos nas demonstrações financeiras “carve-out” da Ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$ 149.791 (R\$ 221.916 em 31 de dezembro de 2016).

i) Obrigações sociais e tributárias

Os pagamentos de benefícios tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam o recolhimento de Impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da companhia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

j) Provisões

(i) Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

(ii) RFFSA

A provisão refere-se a discussões de investimentos realizados pela Ferrovia em discussão com a Rede Ferroviária Federal S.A. (“RFFSA”). As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações financeiras. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Ferrovia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis – são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo.

Mantido até o vencimento – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Ferrovia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado.

Disponíveis para vendas – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na Demonstração de Resultado Abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a Demonstração do Resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia instrumentos financeiros classificados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Mantido até o vencimento” e “Disponíveis para venda”.

l) Receita de serviços

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

n) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

o) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

p) Tributos corrente sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para o imposto de renda foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro.

q) Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT publicou a 3ª Edição do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o Plano de Contas Padronizado, Relatórios Auxiliares e informações complementares. A aplicação do referido Manual se dará compulsoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

r) Partes relacionadas

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (Nota Explicativa nº 2(l)) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no "Termo de Compromisso" e respectivo termo aditivo, o saldo da "nova" conta de "disponibilidades", denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira "carve-out", criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base na forma dos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas e a contrapartida na conta "receitas financeiras". Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das Informações Financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão assim apresentadas:

a) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

b) Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Intangível

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	3.849.256	(1.241.834)	2.607.422	3.831.168	(1.311.823)	2.519.344
Total	3.849.256	(1.241.834)	2.607.422	3.831.168	(1.311.823)	2.519.344

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.329.678
Adição	245.417
Amortização	(39.976)
Baixas	(15.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.519.344
	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.519.344
Adição	74.635
(Amortização) / ajuste de centro de lucro	21.463
Baixas	(8.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.607.422

5. Imobilizado

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	1.493.254	(631.374)	861.880	1.730.983	(963.319)	767.664
Instalações	1.822.290	(599.011)	1.223.279	1.779.479	(552.834)	1.226.645
Equipamentos	475.052	(259.186)	215.866	442.019	(216.774)	225.245
Outros	762.849	(453.367)	309.482	1.017.883	(424.766)	593.117
Imobilizado em curso	176.926	-	176.926	68.583	-	68.583
	4.730.371	(1.942.938)	2.787.433	5.038.947	(2.157.693)	2.881.254

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

	Saldos em					
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
1º de janeiro de 2016	930.253	987.170	349.545	530.550	234.079	3.031.597
Adição por aquisição	-	-	-	-	323.751	323.751
Baixas por alienação/AJ. Centro de Lucro	(3.393)	-	(941)	(20.835)	(15.162)	(40.331)
Depreciação e amortização	(12.216)	(78.798)	(11.683)	(331.066)	-	(433.763)
Transferências	(146.980)	318.273	(111.676)	414.468	(474.085)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	767.664	1.226.645	225.245	593.117	68.583	2.881.254

	Saldos em					
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	767.664	1.226.645	225.245	593.117	68.583	2.881.254
Adição por aquisição	-	-	-	-	336.665	336.665
Baixas por alienação	(11.643)	-	(469)	(17.672)	(21.455)	(51.239)
Depreciação e amortização	(82.913)	(62.617)	(42.706)	(191.011)	-	(379.247)
Transferências	188.772	59.251	33.796	(74.952)	(206.867)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	861.880	1.223.279	215.866	309.482	176.926	2.787.433

6. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo:		
ICMS	35.646	-
	35.646	
Passivo:		
Obrigações sociais	142.583	81.649
PIS	27.565	39.137
COFINS	415.354	466.620
ICMS	-	24.181
ISS	1.952	1.890
IRPJ	686.115	433.661
CSLL	251.805	156.452
Outras	189.735	147.006
Total	1.715.109	1.350.596

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.756	35.314	817.809	2.894	859.773
Adições	356	2.573	296.953	-	299.882
Reversões	(436)	(1.931)	(381.879)	-	(384.246)
Atualizações monetárias	204	6.954	(104.441)	452	(96.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.880	42.910	628.442	3.346	678.578

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.880	42.910	628.442	3.346	678.578
Adições	159	8.248	351.944	261	360.612
Reversões	(92)	(4.430)	(328.497)	(303)	(333.322)
Atualizações monetárias	(9)	465	(617)	35	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.938	47.193	651.272	3.339	705.742

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Processos tributários	22.605	21.287
Processos cíveis	11.648	10.528
Processos trabalhistas	481.079	543.104
Processos Ambientais	437	6.518
Total	515.769	581.438

A Companhia discute ações nas esferas administrativas e judiciais para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Processos tributários	1.582.663	1.477.053
Processos cíveis	286.015	253.250
Processos trabalhistas	1.376.444	1.711.387
Processos ambientais	1.904	1.619
Total	3.247.026	3.443.309

8. Provisão para RFFSA

A provisão é corrigida mensalmente pela taxa IGPM e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Ferrovia reconheceu R\$ 2.593.475 no passivo (2.407.537 em 31 de dezembro de 2016).

9. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras “carve-out” está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	994.598	1.073.760
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(338.164)	(365.078)

10. Patrimônio Líquido

a) Contribuição de Capital

A contribuição de capital é de R\$ 4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Resultados Acumulados

Os resultados acumulados são de R\$ 2.219.783 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e serão distribuídos conforme as reservas previstas no Estatuto Social da Vale, sendo:

Reserva de Investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Vale, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social.

Reserva de Legal - constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de Incentivos Fiscais – resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais.

Reserva de Remuneração Adicional Proposta – resulta da parcela da remuneração proposta, feita pela administração, que excede a remuneração mínima obrigatória estabelecida no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil, baseado em seu lucro líquido ajustado, resultando em um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 155.903. Em dezembro de 2017 foi contabilizado como “Dividendos a pagar” no passivo circulante. O Saldo de R\$ 168.312 referente ao dividendo contabilizado em 31 de dezembro de 2016 foi pago no decorrer do exercício de 2017.

11. Receita de serviços, líquida

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Transporte próprio da Vale	2.486.582	2.306.324
Transporte de carga geral e de passageiros	249.879	317.565
Receita acessória de transporte	432.155	430.641
Abatimentos e cancelamento	(2.018)	(1.693)
Impostos sobre receitas	(599.750)	(568.414)
Total	2.566.848	2.484.423

12. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras (despesas) receitas operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Pessoal	(542.969)	(441.377)
Material e serviço	(399.533)	(538.032)
Óleo combustível e gases	(332.218)	(364.316)
Depreciação e exaustão	(381.131)	(436.753)
Outros	(158.263)	(40.427)
Total	(1.814.114)	(1.820.905)

b) Despesas com vendas e administrativas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Pessoal	(12.893)	(8.427)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(3.684)	(3.184)
Propaganda e publicidade	(230)	(375)
Depreciação e amortização	(4.605)	(5.056)
Despesas de viagem	(460)	(187)
Outras	(1.152)	(1.506)
Total	(23.024)	(18.735)

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para processos judiciais	(27.290)	84.364
Pesquisa e Desenvolvimento	(3.084)	(3.872)
Venda de Materiais	30.409	44.940
Outras	26.812	30.284
Total	26.847	155.716

13. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesas financeiras		
Juros	(161.060)	(113.942)
Variações monetárias e cambiais	(149.326)	(223.177)
	(310.386)	(337.119)
Receitas financeiras		
Juros	464.960	556.716
Variação monetária e cambial	83.467	53.664
	548.427	610.380
Resultado financeiro líquido	238.041	273.261

14. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em Junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

15. Partes Relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações financeiras “carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, líquida	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Vale (i)	5.987.838	4.897.308	-	-	1.958.183	2.306.324
VLI	19.413	23.183	-	-	388.270	198.423
Outros	9.176	13.519	-	7.312	-	-
Total	6.016.427	4.934.010	-	7.312	2.346.453	2.504.747

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam saldo devedor de caixa e equivalente de caixa, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

16. Outras informações

O sistema de apuração de custos e gastos da Ferrovia bem como a determinação de seus registros contábeis apresentados neste relatório seguem os parâmetros divulgados na Nota Explicativa de Práticas Contábeis nº 2.a. Neste sentido os gastos mensais incorridos não são contabilizados diretamente como custos de transporte de minério próprio e terceiros, os quais necessitam ser segregados e compilados para fins destas demonstrações financeiras.

Para fins de segregação dos custos efetua-se determinados rateios seguindo os seguintes critérios:

- ✓ Centros de custos que representam os processos de apoio, serviços auxiliares e compartilhados são rateados para os tipos de transportes (minério próprio, terceiros e passageiros) utilizando Tonelada Quilômetro Bruto - TKB's totais;
- ✓ Centros de custos de frotas de locomotivas são rateados conforme consumo de diesel de cada frota para os tipos de transporte (minério próprio, terceiros e passageiros);
- ✓ Centros de custos de operações de Pátios são distribuídos conforme TKB's, para tipos de carga que transitam nestes pátios;
- e
- ✓ Centros de custos de trechos da via permanente também utilizam TKB'S totais para direcionar custos para os tipos de transportes (minério próprio, terceiros e passageiros).

Apresentamos abaixo a apuração dos custos de transporte de minério próprio, terceiros e passageiros com base nos critérios acima:

Descrição de contas contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.1 - Custos dos serviços de transportes de cargas	1.789.064.914,69	1.373.822.947,99	415.241.966,70
4.1.1 - Custos operacionais dos serviços de transportes de cargas	1.789.064.914,69	1.373.822.947,99	415.241.966,70
4.1.1.01 - Custos com pessoal	528.720.669,62	406.004.602,20	122.716.067,42
4.1.1.01.01 - Remunerações	365.683.621,56	280.808.453,00	84.875.168,56
4.1.1.01.01.001-Salários	144.724.070,51	111.133.613,74	33.590.456,77
4.1.1.01.01.002-Gratificações	44.334.305,17	34.044.312,94	10.289.992,23
4.1.1.01.01.003-Horas Extras	8.087.272,66	6.210.216,68	1.877.055,98
4.1.1.01.01.004-Férias	23.572.717,47	18.101.489,75	5.471.227,72
4.1.1.01.01.005-13o Salário	17.759.687,58	13.637.664,09	4.122.023,49
4.1.1.01.01.006-Remuneração Variável	108.321.749,43	83.180.271,39	25.141.478,04

Descrição de contas contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.1.1.01.01.009-Rescisões Trabalhistas	7.139.428,35	5.482.367,03	1.657.061,32
4.1.1.01.01.999-Outros Custos com Pessoal	11.744.390,39	9.018.517,38	2.725.873,01
4.1.1.01.02 - Encargos Sociais	88.793.188,83	68.184.289,70	20.608.899,13
4.1.1.01.02.001-INSS	68.535.556,57	52.628.453,89	15.907.102,68
4.1.1.01.02.002-FGTS	18.715.248,19	14.371.439,09	4.343.809,10
4.1.1.01.02.999-Outros	1.542.384,07	1.184.396,73	357.987,34
4.1.1.01.03 - Demais custos com pessoal operacional	74.243.859,23	57.011.859,50	17.231.999,73
4.1.1.01.03.001-Treinamento	1.292.791,87	992.734,88	300.056,99
4.1.1.01.03.002-Gastos com Viagens	4.039.872,81	3.102.218,33	937.654,48
4.1.1.01.03.003-Vale Refeição	2.507.165,90	1.925.252,69	581.913,21
4.1.1.01.03.004-Cesta Básica	35.603.907,32	27.340.240,43	8.263.666,89
4.1.1.01.03.005-Vale Transporte	9.882.411,19	7.588.703,55	2.293.707,64
4.1.1.01.03.006-Diárias Maquinistas	8.952.937,81	6.874.960,94	2.077.976,87
4.1.1.01.03.007-Serviço Médico Periódico	356.495,78	273.753,11	82.742,67
4.1.1.01.03.008-Plano de Saúde	2.186,94	1.679,35	507,59
4.1.1.01.03.011-Previdência Privada	4.446.166,24	3.414.211,06	1.031.955,18
4.1.1.01.03.012-Seguro de Vida em Grupo	779.553,85	598.619,40	180.934,45
4.1.1.01.03.015-Assistência Materno-Infantil	733.517,14	563.267,81	170.249,33
4.1.1.01.03.016-Equipamentos de Proteção Individual	3.915.087,98	3.006.396,06	908.691,92
4.1.1.01.03.017-Estagários	1.731.764,40	1.329.821,88	401.942,52
4.1.1.02 - Peças, Partes e Componentes	238.963.971,69	183.500.433,86	55.463.537,83
4.1.1.02.01 - Peças, Partes e Componentes	238.963.971,69	183.500.433,86	55.463.537,83
4.1.1.02.01.001-Via Permanente	36.122.735,42	27.738.648,53	8.384.086,89
4.1.1.02.01.004-Maquinas e Equipamentos de Operações	23.427.889,39	17.990.276,26	5.437.613,13
4.1.1.02.01.005-Telecomunicação/Sinalizações	669.980,63	514.478,13	155.502,50
4.1.1.02.01.006-Eletroeletrônico	51.591.146,14	39.616.841,12	11.974.305,02
4.1.1.02.01.999-Outros Materiais	127.152.220,11	97.640.189,82	29.512.030,29
4.1.1.03 - Serviços de terceiros	91.011.875,95	69.888.019,54	21.123.856,41
4.1.1.03.01 - Serviços de terceiros - Operação	109.577,93	84.144,89	25.433,04
4.1.1.03.01.005-Telecomunicação/Sinalizações	13.640,78	10.474,75	3.166,03
4.1.1.03.01.007-Veículos Rodoviários	95.937,15	73.670,14	22.267,01
4.1.1.03.02 - Outros Serviços de terceiros	90.902.298,02	69.803.874,65	21.098.423,37
4.1.1.03.02.001-Serviços de Segurança e Vigilância	2.342.728,57	1.798.981,27	543.747,30
4.1.1.03.02.003-Serviços de Fretes	2.882.163,04	2.213.213,00	668.950,04
4.1.1.03.02.005-Estudos e Pesquisas	3.224.048,08	2.475.746,52	748.301,56
4.1.1.03.02.007-Gerenciamento de cargas	107.799,47	82.779,21	25.020,26
4.1.1.03.02.008-Serviços de Manutenção	60.496.415,07	46.455.197,13	14.041.217,94
4.1.1.03.02.009-Serviço de Tratamento de Resíduos	39.238,77	30.131,45	9.107,32
4.1.1.03.02.999-Serviços de Terceiros Diversos	21.809.905,02	16.747.826,06	5.062.078,96
4.1.1.04 - Custo acessórios de transporte	53.903.562,13	41.392.545,36	12.511.016,77
4.1.1.04.01 - Custo acessórios de transporte	53.903.562,13	41.392.545,36	12.511.016,77
4.1.1.04.01.999-Outros Custos Acessorios de Transporte	53.903.562,13	41.392.545,36	12.511.016,77
4.1.1.05 - Custo de aluguel e arrendamento	10.503.991,99	8.066.015,45	2.437.976,54
4.1.1.05.01 - Custo acessórios de transporte	10.503.991,99	8.066.015,45	2.437.976,54
4.1.1.05.01.003-Aluguel de Equipamentos Operacionais	10.340.882,14	7.940.763,40	2.400.118,74
4.1.1.05.01.999-Outros Custos de Aluguel e Leasing	163.109,85	125.252,05	37.857,80
4.1.1.07 - Depreciação e Amortização	379.998.473,44	291.800.827,75	88.197.645,69
4.1.1.07.01- Depreciação e Amortização	379.998.473,44	291.800.827,75	88.197.645,69
4.1.1.07.01.004-Depreciação de Equipamento de sinalização	47.124.934,42	36.187.237,14	10.937.697,28
4.1.1.07.01.005-Depreciação de Apar e Equip de Telecom	3.787.869,36	2.908.704,88	879.164,48
4.1.1.07.01.006-Depreciação de Infraestrutura	48.582.545,16	37.306.536,43	11.276.008,73
4.1.1.07.01.007-Depreciação de Superestrutura	41.859.867,65	32.144.192,37	9.715.675,28
4.1.1.07.01.008-Depreciação de Material Rodante	119.851.775,95	92.034.178,75	27.817.597,20
4.1.1.07.01.009-Depreciação de Maquinas e Equipamentos	18.907.487,01	14.519.059,27	4.388.427,74
4.1.1.07.01.010-Depreciação de Instalações, Edif. E Dependencias	48.829.026,48	37.495.809,43	11.333.217,05
4.1.1.07.01.011-Depreciação de Veículos	6.441.838,45	4.946.687,75	1.495.150,70

Descrição de contas contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.1.1.07.01.013-Depreciação de Móveis e Utensílios	6.745.680,83	5.180.008,31	1.565.672,52
4.1.1.07.01.014-Depreciação de Equipamentos Eletrônicos de Dados	5.012.197,07	3.848.866,13	1.163.330,94
4.1.1.07.01.019-Amortização de Outros Ativos Intangíveis	366.864,32	281.715,11	85.149,21
4.1.1.07.01.024-Amortização de Locomotivas	620.901,28	476.790,09	144.111,19
4.1.1.07.01.028-Amortização de Esmerilhadeira	31.867.485,46	24.471.042,08	7.396.443,38
4.1.1.08 - Combustíveis e Lubrificantes	330.576.627,75	253.849.792,45	76.726.835,30
4.1.1.08.01 - Combustíveis e Lubrificantes	330.576.627,75	253.849.792,45	76.726.835,30
4.1.1.08.01.001-Óleo Diesel	319.463.382,26	245.315.931,24	74.147.451,02
4.1.1.08.01.002-Combustíveis	348.785,63	267.832,49	80.953,14
4.1.1.08.01.003-Aditivos e Lubrificantes	10.764.459,86	8.266.028,73	2.498.431,13
4.1.1.09 - Custos Gerais	155.385.742,12	119.320.711,37	36.065.030,75
4.1.1.09.04 - Outros Custos Operacionais de Serviços Prestados	95.028.295,90	72.972.228,42	22.056.067,48
4.1.1.09.04.001-Custos dos Serviços Prestados a Terceiros	95.028.295,90	72.972.228,42	22.056.067,48
4.1.1.09.05 - Outros Custos Gerais	60.357.446,22	46.348.482,95	14.008.963,27
4.1.1.09.05.001-Custos de Organização e Sistemas	393.833,77	302.424,95	91.408,82
4.1.1.09.05.003-Impostos e Taxas	12.186.255,71	9.357.825,76	2.828.429,95
4.1.1.09.05.004-Custos com Energia Elétrica	6.369.078,44	4.890.815,33	1.478.263,11
4.1.1.09.05.005-Custos Judiciais	78.414,85	60.214,76	18.200,09
4.1.1.09.05.006-Custos com Seguro	6.526.353,94	5.011.587,19	1.514.766,75
4.1.1.09.05.008-Custos com Água	198.216,75	152.210,64	46.006,11
4.1.1.09.05.009-Custos com Telefone	1.077.116,66	827.117,88	249.998,78
4.1.1.09.05.999-Outros Custos Gerais	33.528.176,10	25.746.286,43	7.781.889,67
4.2 - Custos dos Serviços de Transportes de Passageiros	25.049.273,70		
4.2.1 - Custos Operacionais dos Serviços de Transportes de Passageiros	25.049.273,70		
4.2.1.01 - Custos com Pessoal	14.248.106,00		
4.2.1.01.01 - Remunerações	10.324.310,87		
4.2.1.01.01.001 - Salários	4.844.558,08		
4.2.1.01.01.002 - Gratificações	822.473,65		
4.2.1.01.01.003 - Horas Extras	197.499,94		
4.2.1.01.01.004 - Férias	569.598,45		
4.2.1.01.01.005 - 13º Salário	401.254,86		
4.2.1.01.01.006 - Remuneração Variável	2.598.948,14		
4.2.1.01.01.009 - Rescisões Trabalhistas	481.075,27		
4.2.1.01.01.999 - Outros Custos com Pessoal	408.902,48		
4.2.1.01.02 - Encargos Sociais	1.994.863,49		
4.2.1.01.02.001 - INSS	1.568.234,27		
4.2.1.01.02.002 - FGTS	426.629,22		
4.2.1.01.03 - Demais Custos com Pessoal Operacional	1.928.931,64		
4.2.1.01.03.001 - Treinamento	24.698,98		
4.2.1.01.03.002 - Gastos com Viagens	84.373,30		
4.2.1.01.03.003 - Vale Refeição	307.166,00		
4.2.1.01.03.004 - Cesta Básica	767.460,86		
4.2.1.01.03.005 - Vale Transporte	193.472,38		
4.2.1.01.03.006 - Diárias Maquinistas	240.834,41		
4.2.1.01.03.007 - Serviço Médico Periódico	5.973,62		
4.2.1.01.03.011 - Previdência Privada	107.714,06		
4.2.1.01.03.012 - Seguro de Vida em Grupo	18.570,02		
4.2.1.01.03.015 - Assistência Materno-Infantil	53.276,06		
4.2.1.01.03.016 - Equipamentos de Proteção Individual	107.035,21		
4.2.1.01.03.017 - Estagiários	18.356,74		
4.2.1.02 - Peças, Partes e Componentes	392.458,39		
4.2.1.02.01 - Peças, Partes e Componentes	392.458,39		
4.2.1.02.01.005 - Telecomunicação / Sinalizações	485,20		
4.2.1.02.01.006 - Eletroeletrônico	98.319,91		
4.2.1.02.01.999 - Outros Materiais	293.653,28		
4.2.1.03 - Serviços de Terceiros	3.415.784,95		

Descrição de contas contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.2.1.03.02 - Outros Serviços de Terceiros	3.415.784,95		
4.2.1.03.02.001 - Serviços de Segurança e Vigilância	23.284,51		
4.2.1.03.02.004 - Serviços de Terceiros Diversos	3.392.500,44		
4.2.1.04 - Custos Acessórios de Transporte	1.274.528,75		
4.2.1.04.01 - Custos Acessórios de Transporte	1.274.528,75		
4.2.1.04.01.999 - Outros Custos Acessórios de Transporte	1.274.528,75		
4.2.1.05 - Custo de Aluguel e Arrendamentos	66.601,75		
4.2.1.05.01 - Custo de Aluguel e Arrendamentos	66.601,75		
4.2.1.05.01.003 - Aluguel de Equipamentos Operacionais	66.601,75		
4.2.1.07 - Depreciação e Amortização	1.132.163,73		
4.2.1.07.01 - Depreciação e Amortização	1.132.163,73		
4.2.1.07.01.006 - Depreciação de Infraestrutura	324.804,13		
4.2.1.07.01.009 - Depreciação de Máquinas e Equipamentos	52.275,04		
4.2.1.07.01.010 - Depreciação de Instalações, Edifícios e Dependências	54.304,12		
4.2.1.07.01.011 - Depreciação de Veículos	53.867,16		
4.2.1.07.01.014 - Depreciação de Equipamentos Eletrônicos de Dados	139.821,26		
4.2.1.07.01.019 - Amortização de Outros ativos Intangíveis	45.389,78		
4.2.1.07.01.024 - Amortização de Locomotivas	461.702,24		
4.2.1.08 - Combustíveis e Lubrificantes	1.641.125,55		
4.2.1.08.01 - Combustíveis e Lubrificantes	1.641.125,55		
4.2.1.08.01.001 - Óleo Diesel	1.623.097,76		
4.2.1.08.01.003 - Aditivos e Lubrificantes	18.027,79		
4.2.1.09 - Custos Gerais	2.878.504,58		
4.2.1.09.04 - Outros Custos Gerais	2.878.504,58		
4.2.1.09.04.001 - Custos de Organização e Sistemas	1.092.548,24		
4.2.1.09.04.003 - Impostos e Taxas	52.126,70		
4.2.1.09.04.004 - Custos com Energia Elétrica	872.124,96		
4.2.1.09.04.005 - Custos Judiciais	3.542,92		
4.2.1.09.04.008 - Custo com Água	145.913,64		
4.2.1.09.04.009 - Custo com Telefone	37.344,01		
4.2.1.09.04.999 - Outros Custos Gerais	674.904,11		

* * *

Dioni Barboza Brasil
Gerente de Informações Financeiras
TC-CRC-RJ 083305/O-8